



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

ATA Nº 05

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13/03/2012
(Contém folhas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	Luís de Almeida Gonçalves	(PS)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Gonçalo Barateiro Diogo	(PS)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereador:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 13/03/2012

ATA Nº 05

----- Aos treze dias do mês de março do ano dois mil e doze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Luís de Almeida Gonçalves, João dos Santos Alves e Gonçalo Barateiro Diogo. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 28 de fevereiro 2012 foi aprovada por unanimidade. -----

1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

1.1 - Informações do Senhor Presidente

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo, que o Sr. Consultor Jurídico da Autarquia, Dr. Pedro Pereira Alves, estará presente na reunião, a fim de dar conta do ponto de situação dos processos judiciais em que está envolvido o Município de Pampilhosa da Serra. -----

1.1.1 - Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2010



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Pelo Sr. Presidente, foi presente o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2010, que apresenta uma análise económica e financeira às contas das autarquias locais, a nível nacional, para o exercício económico de 2010 e que, no que ao Município de Pampilhosa da Serra diz respeito, pretende dar a conhecer ao restante Executivo os resultados obtidos da gestão financeira da nossa Câmara Municipal. -----

----- Assim:-----

----- - Municípios de apresentam menor peso das despesas com pessoal, nas despesas totais (Municípios de pequena e média dimensão), **Pampilhosa da Serra encontra-se em 27º lugar;** -----

----- - Municípios com Maiores Resultados Económicos por habitante (Municípios de pequena, média e grande dimensão), **Pampilhosa da Serra encontra-se em 6º lugar;** -----

----- - Municípios que não recorreram a empréstimos bancários de MLP, no triénio 2008-2010 (Municípios de pequena e média dimensão), **Pampilhosa da Serra encontra-se em 18º lugar;** -----

----- - Municípios com menor Endividamento Líquido em 2010 (municípios de pequena dimensão), **Pampilhosa da Serra encontra-se em 1º lugar;** -----

----- - Municípios com menor peso da dívida bancária de médio e longo prazo sobre as receitas recebidas no ano n-1 (Municípios de pequena, média e grande dimensão), **Pampilhosa da Serra encontra-se em 13º lugar;** -----

----- - Municípios com menor índice de dívidas a fornecedores relativamente às receitas do ano anterior (Municípios de pequena, média e grande dimensão), **Pampilhosa da Serra encontra-se em 9º lugar;** -----

----- - **Ranking Global dos 30 melhores municípios de pequena dimensão, em termos financeiros - Município de Pampilhosa da Serra encontra-se em 3º lugar.** -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- Face ao exposto, o Sr. Vice-Presidente Jorge Custódio, referiu que se orgulha de pertencer a uma Câmara liderada pelo Presidente José Brito; Os números são oficiais e podemos constatar que, relativamente a outros Municípios equiparados, o facto de estarmos colocados em 3º lugar no ranking nacional é motivo de orgulho para todos nós e reflete bem a postura do Presidente da Câmara, a quem felicita. -----

1.1.2 - Participação do Município na BTL

----- O Sr. Presidente referiu que a participação do Município de Pampilhosa da Serra na BTL correu muito bem, com um stand apelativo, promovendo o nosso território e



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

dando visibilidade ao Hotel. Congratulou-se pelo facto de termos recebido elogios por parte de algumas entidades. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1.1.3 - Ocorrência de assaltos no Concelho

----- O Sr. Presidente manifestou a sua preocupação ao restante Executivo, relativamente aos assaltos que têm ocorrido no Concelho de Pampilhosa da Serra e que têm criado um clima de insegurança generalizado. Informou que a Guarda Nacional Republicana tem-se empenhado no sentido de reforçar a vigilância, mas tal não se tem mostrado suficiente como medida dissuasora. Assim e tendo em conta a gravidade da situação, remeteu-se para o Ministério Público um relatório de todas as ocorrências, com empresas e com particulares, para que este mobilize os serviços da Polícia Judiciária e tentarmos por todos os meios evitar que tais situações aconteçam. -----

1.1.4 - Situação do Tribunal da Comarca de Pampilhosa da Serra

----- Na sequência da informação prestada na reunião de Câmara de 28 de fevereiro passado, o Sr. Presidente comunicou ao restante Executivo, que continua a aguardar que lhe seja agendada uma audiência com a Senhora Ministra da Justiça ou com o Senhor Secretário de Estado e que continua a debater-se pela continuidade do Tribunal de Pampilhosa da Serra. Informou que no dia 29 de fevereiro esteve na reunião para a qual fora convidado, na Ordem dos Advogados, em que estiveram presentes o respetivo Conselho Geral, os Presidentes dos Conselhos Distritais e os Presidentes das Delegações das Comarcas cujos Tribunais o Governo pretende encerrar. Na referida reunião foram analisados e debatidos, em conjunto, as consequências do anunciado encerramento dos Tribunais ao nível de cada Concelho, e onde teve oportunidade de expor a sua preocupação relativamente ao encerramento do Tribunal de Pampilhosa da Serra. De igual modo foram debatidas as eventuais medidas a tomar. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1.2 - União Progressiva de Vale Derradeiro

- Saudações de início de gerência
- Voto de Louvor

----- Foi presente uma carta da União Progressiva de Vale Derradeiro, a apresentar saudações de início de gerência, a dar conhecimento da Lista de Corpos Gerentes para o ano de 2012 e a comunicar que na última Assembleia Geral realizada em 26/02/2012, foi



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

aprovado por unanimidade, um voto de louvor ao Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, extensivo aos restantes Vereadores, pela particular atenção com que sempre os obsequiaram. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1.3 - Consultor Jurídico do Município - Dr. Pedro Pereira Alves

- Ponto da situação dos processos em que está envolvido o Município de Pampilhosa da Serra

----- O Sr. Consultor Jurídico da Autarquia, Dr. Pedro Pereira Alves, cumprimentou os presentes e agradeceu o facto de o Sr. Presidente da Câmara o ter convidado, porque entendeu que era importante informar o Executivo Camarário de todos os processos que neste momento se desenvolvem relativamente ao Município, Juntas de Freguesias e outras entidades do concelho, a quem presta assessoria jurídica, com o apoio do seu escritório de Arganil. -----

----- Seguidamente, o Sr. Consultor Jurídico enumerou e descreveu com todo o rigor e clareza, a situação de cada um dos processos que a seguir se mencionam e cujo documento escrito se anexa à presente ata: -----

----- Em Tribunal Comum: -----

----- A) Ação Ordinária nº 21/2002TBPPS; -----

----- B) Providência Cautelar nº 23/08.1TBPPS; -----

----- C) Providência Cautelar nº 47/08.9TBPPS; -----

----- D) Providência Cautelar nº 53/08.3TBPPS; -----

----- E) Providência Cautelar nº 52/08.5TBPPS; -----

----- F) Providência Cautelar nº 51/00; -----

----- G) Providência Cautelar nº 66/03.1TBPPS; -----

----- H) Ação Ordinária nº 31/08.2TBPPS; -----

----- I) Processo - Autor: Parque Eólico de Vale Grande, S.A - Réus - José Manuel Rebelo; -----

----- J) Processo - Autora PEA - Parque Eólico da Serra, Lda - Réu - José Manuel Rebelo - Interveniente - Junta de Freguesia de Pampilhosa da Serra; -----

----- K) Ação Ordinária nº 69/11.2TBPPS; -----

----- L) Ação Ordinária nº 17/09.OTBPPS; -----

----- M) Processo 87/OTBPPS; -----

----- O) Ação Sumária nº 43/08.6 TBPPS; -----

----- P) Ação Sumária nº 55/08.OTBPPS; -----

----- Q) Processo - Autor: Município de Pampilhosa da Serra - Ré: Pinewells, Lda; -----

----- R) Processo - Autores: Aires Almeida Alexandre e mulher; Réus: Município de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Pampilhosa da Serra e Assembleia de Compartes de Soeirinho; -----

----- Em Tribunal Administrativo: -----

----- 1. Processo Administrativo nº 461/09.2BECBR - Ação Administrativa Especial; ----

----- 2. Processo Administrativo nº 647/2001; -----

----- 3. Processo Administrativo nº 361/09.6BECBR; -----

----- 4. Processo Administrativo nº 557/10.8BECBR (pendente); -----

----- 5. Processo Administrativo nº 720/09.4BECBR - Ação Administrativa Especial; ----

----- 6. Processo Administrativo nº 98/12.9BECBR; -----

----- 7. Providência Cautelar (Administrativo) nº 91/12.1BECBR; -----

----- Em Tribunal Comum (crime) -----

----- Processo crime nº 20/11.OTAPPS; -----

----- Processo crime - Participante: Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra; Participado: Luís de Almeida Gonçalves; -----

----- Processo crime - Participante: Ex- Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, Dr. Hermano de Almeida; Participado: Incertos/Desconhecidos; -----

----- Processo de contra-ordenação nº 000918/10; -----

----- Processo em instrução para remeter a tribunal: Demandantes: Junta de Freguesia de Cabril e Município de Pampilhosa da Serra; Demandados: João Mendes Rodrigues; ---

----- Processos Extrajudiciais: Junta de Freguesia de Unhais-o-Velho - Reclamações de entidades particulares a pretenderem invadir parte da área que integra os baldios da freguesia. -----

----- Seguidamente, do documento elaborado pelo Sr. Consultor Jurídico, transcreve-se a seguinte -----

----- **CONCLUSÃO:** -----

----- *"Pela descrição sintética que se acaba de fazer, terá necessariamente que se concluir, que todos estes processos, especialmente os que se relacionam com a defesa dos baldios, e o respeitante à responsabilidade da Pinewells pela não instalação da unidade industrial na Portela de Unhais, revestem-se de uma imensa complexidade que obrigaram e obrigam a um estudo exaustivo e a um acompanhamento minucioso no qual já se despenderam milhares de horas de trabalho, de todo o escritório do consultor jurídico. A carga de responsabilidade que deles advém é bem pesada. -----*

----- *Os valores económicos, financeiros e sociais em jogo são elevadíssimos, pois o prejuízo decorrente de um eventual insucesso de tais ações, para o Município, Freguesias, Assembleias de Compartes, seria inoportável. Basta referir, que nas ações referentes aos Baldios já findas e as que estão em curso, estão em causa cerca de 20 aerogeradores de 3 MW.-----*

----- *Em todo este trabalho incalculável, o consultor jurídico tem contado com os seus colegas de escritório, especialmente com a colaboração da Dr^a Maria Helena Mateus, com o apoio total dos responsáveis pela autarquia e de todos os serviços do Município. -----*

----- *O sucesso que se tem vindo a alcançar, sob a coordenação do consultor jurídico, é, pois, de todos."* -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - Associação Empresarial de Pampilhosa da Serra - Apoio financeiro

----- Foi presente uma carta da Associação Empresarial de Pampilhosa da Serra, do seguinte teor: -----

----- “ Constituída no dia sete de dezembro de dois mil e dez, a AEPS conta atualmente com trinta e sete sócios. -----

----- Num concelho ainda com algumas dificuldades, em que a indústria é quase inexistente e o comércio e serviços registam muitos problemas agravados pelo contexto em que o país se encontra, muitos têm sido os constrangimentos desde o arranque inicial. -----

----- Perante estas situações não foi possível desde logo estabelecer quotizações que permitam custear o funcionamento da associação. -----

----- Assim, porque consideramos que a AEPS pode e deve ser um instrumento fundamental para a afirmação e expansão do tecido empresarial do nosso concelho e região, vimos solicitar apoio financeiro que nos permita dar continuidade ao trabalho iniciado. -----

----- Face ao exposto de depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder à Associação Empresarial de Pampilhosa da Serra, apoio financeiro no valor de 16.000,00 €, mediante Protocolo. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- O Sr. Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da sala por estar impedido por lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.2 - Junta de Freguesia de Vidual - Protocolo de Cooperação - “Encontro de Aldeias”

----- Foi presente um Protocolo de Cooperação, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Freguesia de Vidual, que tem como objeto a atribuição de apoio financeiro no valor de 750,00 € (setecentos e cinquenta Euros) à Freguesia de Vidual,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

destinado a apoiar a logística envolvente no ciclo de participação cívica apelidado de "Encontro de Aldeias", especificamente o realizado na freguesia de Vidual, no dia 4 de Setembro de 2011. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Protocolo e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente, ou ao seu substituto legal, para a assinatura do mesmo. -----

----- A Câmara Municipal designa Célia Sofia Martins Nunes, Assistente Social da Autarquia, para proceder à elaboração do Relatório de Execução do presente Protocolo. --

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS

2.2.1 - Proposta do Senhor Vice-Presidente

- Regulamento Interno Sobre Prevenção e Controlo de Consumo de Bebidas Alcoólicas

----- Conforme deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 28 de Fevereiro de 2012, que aprovou o REGULAMENTO INTERNO SOBRE PREVENÇÃO E CONTROLO DE CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS, foi iniciada a divulgação do mesmo. -----

----- Nesta sequência foram suscitadas dúvidas quanto à redação e compatibilização do disposto nos nº 6 do artigo 5º e nº 2 do artigo 12º, que referem: -----

----- (*artigo 5º - Da realização dos testes*) -----

----- "*6 - Assiste sempre ao trabalhador, submetido ao teste, o direito à contraprova, realizando-se neste caso um segundo exame nos dez minutos imediatamente subsequentes ao primeiro.*" -----

----- (*artigo 12º - Da Contraprova*) -----

----- "*1 - O trabalhador pode requerer que lhe seja feita contraprova por análise de sangue, no Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra.*" -----

----- *2 - Para efeitos do disposto no número anterior, os funcionários que aplicam o teste acompanharão, de imediato (num período nunca superior a 30 minutos), o trabalhador ao local onde a colheita possa ser efetuada, assegurando o seu transporte, quando necessário.*" -----

----- Considerando que "As dúvidas que surjam na interpretação e aplicação do presente Regulamento serão resolvidas pela Autarquia" (nº 2 do art. 16º), **proponho que se clarifique o sentido do disposto no nº 2 do artigo 12º.** -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Assim, para que dúvidas não subsistam, proponho que o mesmo seja interpretado no sentido de que assistirá sempre ao funcionário do Município, submetido ao teste, o direito de solicitar a realização de um segundo teste, nos dez minutos imediatamente subsequentes ao primeiro, prevalecendo o valor resultante da realização do segundo teste. -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.2 - Proposta do Sr. Vice-Presidente

- Rancho Folclórico da Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra

----- Considerando a aprovação da candidatura denominada "25 anos de cultura pampilhosense", representa um enorme incentivo, mas também uma responsabilidade acrescida para o Rancho Folclórico da Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra, encarregue de reunir todos os esforços e colaborações para concretizar o projeto que a mesma envolve, nomeadamente a publicação de um livro sobre os primeiros 25 anos do Rancho, a aquisição de novos trajes e a aquisição de novos instrumentos e equipamentos;

----- Reconhecendo a Câmara Municipal que o referido projeto irá reforçar a identidade do Rancho com a cultura pampilhosense e com as pessoas que a protagonizam, enaltecendo-se o trabalho voluntário dos responsáveis e colaboradores do Rancho na concretização do Projeto em causa; -----

----- Tendo em conta que a Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra e o seu Rancho Folclórico, têm pautado a sua atuação na salvaguarda e divulgação da cultura e valores do território pampilhosense, fomentando atividades e medidas de caráter educativo, formativo, cultural e recreativo, dirigidas aos seus associados e a pessoas, singulares ou coletivas, naturais, descendentes ou afins oriundos do concelho de Pampilhosa da Serra, cujo Projeto em causa é mero exemplo; -----

----- Pelos motivos expostos, foi deliberado em reunião ordinária realizada no dia 8 de Novembro de 2011, atribuir um subsídio no valor de 20.000,00€ à Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra, destinados a participar a concretização do Projeto em causa. ---

----- Acordando-se, então, que o pagamento do subsídio seria efetuado em duas tranches; sendo o pagamento da primeira tranche após assinatura do Protocolo em questão e o pagamento da segunda tranche efetuado na cerimónia do Feriado Municipal.-----

----- Contudo, tendo em conta alguns ajustamentos e alterações á execução e



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

concretização do Projeto, urge antecipar o pagamento da segunda tranche do subsídio em causa. Assim, proponho a alteração da Cláusula Terceira ao Protocolo em questão no sentido de a segunda tranche do subsídio ser paga até ao final do mês de março de 2012 e o aditamento à Cláusula Quinta, no sentido de constar a respetiva cabimentação orçamental, respeitante ao pagamento da 2ª tranche do subsídio em causa. -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar a competente Adenda ao Protocolo em questão. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.3 - Ratificação do Protocolo de Colaboração Celebrado Entre o Município de Pampilhosa da Serra e o Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Considerando a deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 14/02/2012, onde foi deliberado conceder um subsídio mensal de 1.200 € ao Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense, mediante Protocolo; -----

----- Tendo em conta que da referida deliberação não consta qual deverá ser o período de vigência do Protocolo, foi o mesmo elaborado no sentido de vigorar pelo prazo de um ano, podendo renovar-se automaticamente, por iguais períodos de tempo, se a Câmara Municipal não o denunciar atento o disposto no seu clausulado. Contudo, considera-se necessário submeter os termos do Protocolo em questão, anexo à presente informação, a ratificação do órgão Executivo Autárquico. ” -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar os termos do Protocolo em apreço. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - Alienação de duas viaturas municipais _hasta pública nº 012012

- Ata de Adjudicação Definitiva



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente a Ata de Adjudicação Definitiva decorrente da Alienação de duas viaturas municipais, hasta pública nº 012012N, que a seguir se transcreve: -----

----- “ Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e doze, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, pelas nove horas, em cumprimento da deliberação tomada em reunião de Câmara de trinta e um de janeiro de dois mil e doze, reuniu o Júri constituído por Fernando Pereira Alves, Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, na qualidade de Presidente da Comissão, em substituição de Jorge Alves Custódio, Vice-Presidente da Câmara Municipal, Maria Eugénia Bernardo Mota Pereira, Técnica Superior, na qualidade de Vogal e Luís Filipe Simões Baptista, Técnico Superior, na qualidade de Vogal nomeados por deliberação em reunião de Câmara de trinta e um de Janeiro de dois mil e doze, a fim de se proceder à apreciação das eventuais reclamações rececionadas em sede de audiência prévia à ata de abertura. -----

----- Pelo referido Presidente foi então declarado estarem abertos os trabalhos, eram nove horas. -

----- Verificados que foram os documentos que instruem o processo, verificou-se que não foi apresentada qualquer reclamação em sede de audiência prévia. -----

----- Mais se verificou que o Sr. Carlos Isidro Matias Baeta Branco, portador do cartão de cidadão nº 11987707 4ZZ7, válido até vinte e um de agosto de dois mil e quinze, a quem foi adjudicado provisoriamente o lote nº 1, pelo valor de 2.700,00 € (dois mil e setecentos euros), tem a situação tributária e contributiva regularizada, comprovada respetivamente por uma certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Pampilhosa da Serra em 24/02/2012 e por uma declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P em 06/03/2012. -----

----- Verificou-se também que não foi apresentada qualquer proposta para o lote nº 2. -----

----- Assim, o Júri deliberou, por unanimidade, que o veículo ligeiro de mercadorias, com a marca Mitsubishi, modelo L200, com a matrícula 69-FL-57 do ano de 2008 de cor cinzenta, com o número de quadro MMBJNKB407D156214, referente ao lote nº 1 dever ser adjudicado definitivamente ao Concorrente nº 1 – Carlos Isidro Matias Baeta Branco, pelo valor de 2.700,00 € (dois mil e setecentos euros). -----

----- É ainda entendimento desde Júri que deve ser comunicado ao adjudicatário que a viatura deverá ser retirada no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da data de receção da adjudicação definitiva, sob pena de ser considerada desistência, revertendo integralmente o valor da adjudicação provisória para o Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- Mais entende que juntamente com a comunicação da adjudicação definitiva deverá ser remetido o requerimento do Registo Automóvel, devidamente assinado pelo Presidente da Câmara, devendo o adjudicatário fazer prova junto do Município, no prazo de 30 dias que procedeu à alteração do titular da viatura. -----

----- No que se refere ao veículo do lote nº 2, entende-se que o procedimento deve ser encerrado dada a inexistência de qualquer proposta. -----

----- Mais se entende submeter a presente ata a homologação da Câmara Municipal. -----

----- E, não havendo mais nada a tratar, foi declarado estarem encerrados os trabalhos, pelo que se exarou a presente ata, que vai ser datada e assinada pelos membros do Júri.” -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade homologar a Ata de adjudicação definitiva. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, António Filipe, que a subscrevi. -----

J. A. Pacheco Brito Dias
António Filipe